

**Ata da 1ª Reunião do Conselho de Saneamento Básico de  
São João Batista  
20-11-2012**

1 Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e doze, as 19:00 horas, na sala de  
2 reuniões da Secretaria de Saúde de São João Batista, teve início a primeira Reunião do  
3 Conselho de Saneamento Básico, com o objetivo de apreciar os Diagnósticos Setoriais  
4 dos serviços de saneamento que integram o Plano de Saneamento Básico - PSB. A  
5 abertura dos trabalhos foi realizada pelo Sr. Zilto Villanova diretor executivo do SISAM  
6 de São João Batista. Estavam presentes na reunião os membros do conselho de  
7 saneamento e os representantes da empresa Notus Serviços de Engenharia Ltda,  
8 responsável pela elaboração do PSB, conforme lista de presença em anexo. Procedendo  
9 ao início dos trabalhos, o Sr. Zilto Villanova agradeceu a presença de todos, apresentou  
10 os dois integrantes da empresa Notus Serviços de Engenharia Ltda encarregados da  
11 apresentação dos diagnósticos. Em seguida, passou a palavra ao Engenheiro Luiz Alberto  
12 Duarte que deu início a apresentação dos diagnósticos integrantes do Plano de  
13 Saneamento Básico com auxílio de projetor. Definiu o que é saneamento conforme  
14 Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445/2007), apresentou as  
15 etapas de planejamento e as etapas de elaboração do Plano de Saneamento Básico. Em  
16 seguida deu início a apresentação dos diagnósticos setoriais, destacando os seguintes  
17 pontos – Diagnostico Social: importância de estudos populacionais e lei de bairros bem  
18 formuladas. Também enfatizou as atividades de controle social na elaboração do PSB  
19 realizadas até o momento (Reuniões comunitárias e Pesquisa de satisfação). Para cada  
20 Diagnóstico Setorial foram apresentadas as principais recomendações: - **Sistema de**  
21 **Abastecimento de Águas:** Desenvolver projeto para tratamento e reaproveitamento  
22 dos efluentes da ETA, provenientes das descargas de fundo e lavagem de filtros,  
23 condição essencial para assegurar a obtenção de licenciamento ambiental de operação e  
24 obtenção de recursos para investimentos. Elaborar o cadastro técnico das redes e  
25 demais unidades do sistema de distribuição em meio digitalizado e dar treinamento  
26 imediato para no mínimo dois servidores do SISAM, para a sua operação e manutenção,  
27 não necessariamente em tempo integral, mas com a responsabilidade por sua gestão e  
28 aprimoramento. O cadastro técnico deverá ser desenvolvido em plataforma que permita  
29 fácil simulação de comportamento dinâmico do sistema, identificando os gargalos e  
30 simulando cenários de ocupação urbana, abastecimento de novos loteamentos, novas  
31 tendências de crescimento populacional permitindo a atualização, no futuro, dos projetos  
32 existentes em bases mais consistentes. Instalar a macromedição para a adução de água  
33 bruta e para a água tratada direcionada para a distribuição nas diferentes zonas de  
34 pressão existentes, controlando também eventuais consumos autorizados e não

35 cobrados. O estabelecimento gradual de distritos macromedidos e com pressões  
36 controladas, monitorados por sistema supervisório, é recomendado para manutenção  
37 futura dos atuais níveis de perdas de água. Desenvolver programa de preservação da  
38 bacia do manancial Ribeirão Fernandes com definição das aptidões de uso e  
39 disciplinamento dos limites de ocupação, visando à manutenção dos atuais níveis de  
40 vazão e qualidade do manancial. Participar ativamente do Comitê da Bacia do Rio Tijucas  
41 nas ações de recuperação ambiental e de preservação de mananciais. Estender as ações  
42 de saneamento básico às populações rurais não abastecidas pelo sistema público,  
43 orientando-as nas soluções individuais de abastecimento de água. Programar campanhas  
44 de esclarecimento da importância do uso de água tratada com cloro e flúor, onde  
45 existam sistemas alternativos de abastecimento de água. Manter política de  
46 micromedição total, substituindo os hidrômetros mais antigos (mais de 5 anos),  
47 especialmente para aqueles usuários com consumo superior ao mínimo de 10m<sup>3</sup>/mês.  
48 Dotar as elevatórias de água tratada de conjuntos motobomba reservas instalados.  
49 Implantar central de supervisão e gestão operacional com informações em tempo real,  
50 por telemetria e telecontrole, de vazões aduzidas de água bruta, distribuídas de água  
51 tratada, níveis dos reservatórios, pressões de redes e funcionamento dos boosters.  
52 Obter outorga de uso das águas do Ribeirão Fernandes. Promover a regularização do  
53 abastecimento de água do Residencial São João e dos sistemas coletivos de  
54 abastecimento de água que atendem populações não atendidas pelo sistema principal da  
55 sede do Município, para que cumpram os dispositivos legais e a Portaria nº 2.914/2011  
56 do Ministério da Saúde, ou sua integração ao sistema público principal. Elevar a altura do  
57 canal de tomada de água bruta, para evitar a entrada de galhos e folhas por ocasião de  
58 enchentes. Ampliar a capacidade de adução do terceiro trecho da adutora de água bruta  
59 até 2017 e implantar booster nesta mesma adutora ao final do horizonte do PSB para  
60 atender ao crescimento da demanda. Ampliar a capacidade de reserva para adequá-  
61 la ao crescimento da demanda. Cobrir a Estação de Tratamento de Água. – **Sistema de**  
62 **Esgotamento Sanitário:** Abordou a existência de um projeto de desenvolvimento  
63 recente para implantação de um sistema por etapas, que permite a busca de recursos  
64 preferencialmente não onerosos. Informou dos custos da obra e destacou que para  
65 garantir a implantação deste projeto assegurando a irreversibilidade das soluções  
66 propostas, o município deveria adotar medidas para viabilização de uso no futuro de  
67 todas as travessias e unidades previstas em áreas que não são de domínio público. -  
68 **Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos:** Propor legislação que  
69 defina quais são equiparados aos resíduos domiciliares, para identificar os  
70 estabelecimentos comerciais que precisam elaborar o Plano de Gerenciamento de  
71 Resíduos, conforme Lei Federal nº 12.305/2010. Realizar um monitoramento e pesagem  
72 periódicos da produção de todos os tipos de resíduos gerados de responsabilidade

pública; Desenvolver, ao longo de 2012, estudos para definição do novo destino dos resíduos sólidos urbanos a partir de 18 de julho de 2013, com plano de encerramento do atual destino. Dar destino adequado aos resíduos sólidos urbanos da limpeza pública e de limpeza e desobstrução do sistema de drenagem pluvial; Elaborar Mapa de Varrição para a definição de frequência e roteiros; Implantação de Pontos Entrega Voluntário de Recicláveis nas áreas rurais do município; Desenvolver Programas de Educação Sanitária continuada, em especial para a divulgação de medidas de incentivo à ampliação da separação dos resíduos destinados à Coleta Seletiva de Recicláveis, principalmente nas escolas; Realizar um controle sistemático de todas as unidades e atividades do sistema de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos através da cobrança das Licenças Ambientais pertinentes, como também do atendimento das condicionantes de validade das mesmas, para vigilância do cumprimento das condições contratuais dos prestadores de serviços e dos dispositivos legais; Elaborar os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde dos Postos e Unidades de Saúde Municipais; Estruturar a vigilância sanitária para análises dos planos de gerenciamento de resíduos da saúde. Elaborar um Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme CONAMA 307 e 448; Rever a legislação referente às taxas de limpeza públicas para o alcance da sustentabilidade do sistema; Aprimorar inventário de todos os resíduos gerados no município; Aprimorar a caracterização física e química dos resíduos sólidos urbanos; Estudar e implantar uma parceria com o órgão ambiental para a adequação à nova Política Nacional de Resíduos Sólidos. Estabelecer a exigência de informações acerca de geração de resíduos quando da obtenção de alvará de funcionamento nas atividades sujeitas a planos de gerenciamento de resíduos. –

**Sistema de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluvial:** Foram detectadas 10 (dez) áreas problemas, as quais foram hierarquizadas conforme índice geral de fragilidade (IGF). Cada área problema foi georeferenciada e feita a análise do problema demonstrando a possível solução e o custo estimado para a obra. Além destas áreas problema foram destacadas outras recomendações como: Elaborar o cadastro técnico digitalizado da malha de drenagem e seus acessórios; e treinar o pessoal local para a manutenção e atualização contínua deste cadastro; Elaborar Projeto Básico Integrado de Drenagem Urbana detalhando as soluções globais e localizadas, métodos construtivos e serviços a executar com o orçamento do custo global das obras necessárias. Desenvolver Projetos Executivos para as áreas problema listadas; Realizar obras de macrodrenagem e microdrenagem nas áreas problema conforme definido em projetos executivos; Estruturar a equipe de manutenção com os recursos humanos e materiais necessários às manutenções preventivas e corretivas de valas, redes e bocas de lobo; Estruturar a área técnica para elaborar/analisar projetos. Adotar política salarial que equipare os ganhos dos servidores que atuam na operação e manutenção do sistema de drenagem urbana

111 aos praticados no mercado de São João Batista, visando contratações rápidas e de  
112 qualidade, quando necessárias. Desenvolver Programas Permanentes de Educação  
113 Sanitária e Ambiental para divulgação e conscientização dos efeitos da  
114 impermeabilização e de incentivo à permeabilidade, dos conceitos de drenagem  
115 sustentável e do adequado uso do sistema de drenagem urbana; Exercer as atividades  
116 de fiscalização e monitoramento de lançamentos indevidos através das equipes de  
117 desobstrução de dispositivos hidráulicos. Quando identificados exigir a adequação à  
118 legislação e às normas vigentes, especialmente quando da solicitação de alvará de  
119 reforma ou ampliação da edificação. Recomendar temas para atualização da legislação  
120 existente e para a criação de normas, critérios e outros dispositivos relativos ao setor;  
121 Incentivar a manutenção da permeabilidade dos solos em residências e instalações  
122 comerciais e industriais. Incentivar o reaproveitamento das águas de chuvas; Valorizar a  
123 permeabilidade do solo e a retenção das águas pluviais nas obras públicas, praças e  
124 calçadas. Minimizar o arraste de sedimentos para o sistema de drenagem com medidas  
125 de pavimentação de ruas e retenção destes sedimentos. Elaborar mapa de aptidões  
126 físicas com a definição das áreas: urbanizáveis dentro do perímetro urbano ou de  
127 expansão urbana, inadequadas para uso urbano (área de elevado risco), de ocupação  
128 urbana restrita (várzeas, áreas de acomodação de águas e outras) e áreas de ocupação  
129 muito restrita ou proibida destinada para usos ambientais (várzeas, margens de  
130 retenção de sedimentos, áreas de acomodação de águas, margens de valas e canais,  
131 áreas de uso futuro previsto no projeto de sistema integrado de drenagem urbana e  
132 outras). Adequar a legislação de parcelamento do solo para que todos os loteamentos  
133 mantenham as vazões e as condições de escoamento pré-existentes, reservando  
134 também faixas sanitárias quando pertinentes. Manter rigor na análise técnica e na  
135 fiscalização da implantação dos projetos. Estudar uma forma de cobrança da taxa de  
136 drenagem. Para isto é necessária a segregação em contabilidade regulatória de todos os  
137 custos que envolvem os serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.  
138 Estabelecer rotinas de manutenções periódicas e preventivas para todos os componentes  
139 dos sistemas de drenagem, destacando: a limpeza de redes e valas; bocas de lobo; e  
140 dissipadores de energia. Na apresentação do diagnóstico do sistema de abastecimento  
141 de água o Conselheiro Suplente César Pedro Soares argumentou que a meta de  
142 ampliação da capacidade de adução de água bruta deveria ser antecipada visto o  
143 consumo atual, no que o apresentador ponderou que as projeções realizadas foram  
144 baseadas em perdas arbitradas face à inexistência de macromedidores e o que pode  
145 estar ocorrendo são perdas superiores às estimadas. Ao final da apresentação o Diretor  
146 da Defesa Civil solicitou que fossem anexas das mais duas áreas problema no  
147 diagnóstico do sistema de drenagem urbana: o estrangulamento da vala do engenho na  
148 ponte da Rua João Zunino Neto e o estrangulamento da vala do Carmelo na travessia da

149 SC 411. Os presentes foram informados que todos os diagnósticos apresentados estão  
150 disponíveis, com maior detalhamento do que o apresentado na reunião, no SISAM, em  
151 meio físico e digital. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a todos a presença e a  
152 participação dos conselheiros, dando por encerrados os trabalhos da 1ª Reunião do  
153 Conselho de Saneamento.